



AS ASSOCIAÇÕES DEVOCIONAIS E O PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO O CASO DA PARÓQUIA DE VALE VÊNETO

Jérri Roberto Marin

Mestre em História (UFRGS)
e professor da UFMS (Dourados)

Refletindo-se sobre a expansão das associações devocionais, no contexto da romanização, chega-se à conclusão de que estas inseriam o laicato numa religiosidade sacral e romanizada e disciplinavam seus corpos e mentes, além do comportamento político.

Palavras-chave: Romanização - Associações devocionais

Reflectin about the expansion of the devotional associations in the context of the Romanization, it is concluded that the laic procedures were inserted into the sacral and romanized religiosity by those associations, they also disciplined their bodies and minds, besides the political behaviour.

Keywords: Romanization - Devotional Associations

A Igreja Católica ao longo da República Velha tinha um projeto político claro e bem definido: cristianizar a sociedade rio-grandense. Este projeto insere-se dentro do processo de romanização¹ da Igreja no Rio Grande do Sul e no Brasil, que se iniciou ao longo da segunda metade do século XIX sob influência do ultramontanismo². A ofensiva católica consolidou-se após a Proclamação da República devido à liberdade de ação propiciada pela separação entre os poderes temporal e espiritual.

No Rio Grande do Sul (devido à formação histórica) predominava uma mentalidade e uma opinião pública masculina anti-religiosa e anticlerical. Havia também pouca receptividade em internalizar valores religiosos e manifestá-los publicamente³. Ambos estavam reservados apenas às mulheres e às crianças (RABUSKE, 1973, p. 137). A romanização tinha como objetivo reverter esta situação de lateralidade do catolicismo na sociedade. Para tal, a Igreja implementou um projeto deliberado, intencional e disciplinar que englobava múltiplos campos do social.

O cenário anti-religioso começou a mudar com a presença dos imigrantes europeus, pois estes eram em sua maioria católicos, propiciando uma alternativa ímpar à Igreja. Segundo ISAIA (1992, p. 48-49), os imigrantes formaram uma

¹ A historiografia utilizou as terminologias “restauração católica”, “reforma”, “construção institucional, “reestruturação” institucional”. Esse processo foi entendido como o “movimento de reeuropeização do catolicismo de características centralizadoras e sob autoridade papal. É um movimento de inspiração eminentemente hierárquico e clerical” (ARAÚJO, 1986, p. 22).

² Segundo Augustin WERNET (1987), “etimologicamente falando, ultramontano ou outremontagne foi a expressão usada no início do século XIX, na França e Alemanha, para indicar, na rosa dos ventos, o ponto escolhido de referência e fidelidade; ele está para lá das montanhas, além dos Alpes. Seu nome é Roma, é Pedro, o Papa. A reação ultramontana se desenvolveu sobre um plano duplo: tendência em reconhecer o Papa da Igreja como uma autoridade espiritual total e a reivindicação para a Igreja da independência a respeito do poder civil, e mesmo um certo poder, ao menos indireto, sobre Estado” (p.178).

³ Por ser uma região de fronteira, vivendo em constantes lutas, formou uma sociedade militarizada, latifundiária e pastoril. O homem rio-grandense valorizava a guerra, a violência, a coragem, a força, as armas e as habilidades físicas (ISAIA, 1992, p. 37).

sociedade social e materialmente diversa da latifundiária e pastoril. O aumento da complexidade social e a formação de uma nova estrutura social, que aceitava facilmente os ensinamentos da Igreja, contribuiu para mudar a fisionomia religiosa do Rio Grande do Sul.

Os imigrantes eram muito religiosos, com rígidos sistemas de valores morais e de costumes. Essa religiosidade desempenhou um papel importante na organização e reconstrução grupal na nova pátria. O reforço das convicções religiosas era visto com simpatia pela hierarquia eclesiástica, pois tornava possível o projeto de cristianizar a sociedade (ISAIA, 1992, p. 52-53). O isolamento em que se mantinham as comunidades imigrantes em relação à sociedade gaúcha e seu ethos cultural, às concentrações urbanas e operárias e ao socialismo, possibilitou à Igreja Católica uma nova base social que absorvia facilmente seus ensinamentos e sua doutrina (id.).

O reforço das convicções religiosas dos imigrantes europeus foi apenas uma das estratégias do projeto de romanização da Igreja Católica. Destacam-se ainda a associação com o Estado, o estabelecimento por todo o Rio Grande do Sul de uma rede de colégios católicos e de associações devocionais, a reorganização interna da instituição, a importação de Ordens e Congregações Religiosas e a montagem de uma nova estrutura devocional.

Embora tenham atuado no Quarto Núcleo de Colonização Italiana vários membros do clero secular, padres Jesuítas e Irmãs do Puríssimo Coração de Maria, enfocar-se-á neste trabalho a atuação dos padres da Pia Sociedade das Missões⁴.

Os Palotinos, desde sua chegada em 1886, implementaram em nível regional o projeto de romanização. Imbuídos do ideal ultramontano desenvolveram um projeto disciplinar intencional que deveria envolver toda a tessitura social, normatizando e regulando as relações individuais, seja na família, na escola, nas associações devocionais, na imprensa, na agricultura, no trabalho, no lazer, na política, nas relações sociais e até mesmo na intimidade. A romanização deveria atingir os níveis da sociedade, numa relação de interdependência e continuidade. Objetivava-se redefinir os valores, a maneira de pensar e de agir e corrigir as práticas e hábitos contrários à ortodoxia católica e à sociedade burguesa.

Em suma, o projeto disciplinar orientava-se no lema beneditino “ORA ET LABORA”, objetivando formar indivíduos honestos, ordeiros, laboriosos, religiosos

⁴As primeiras colônias italianas do Rio Grande do Sul foram Dona Isabel (atual Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (atual Garibaldi). A terceira colônia foi Fundo de Dona Palmira (atual Caxias do Sul). No interior do Estado foi fundado o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, que posteriormente foi elevado à categoria de Colônia Silveira Martins. Seu povoamento inicial se fez com várias levas de imigrantes alemães, a partir de 1877. Devido ao desamparo do poder público eles abandonaram, em sua maioria, o acampamento onde estavam alojados à espera da demarcação das terras. Sucessivas levas de imigrantes italianos substituíram os alemães no povoamento do núcleo colonial. Denominar-se-á, neste trabalho, o núcleo colonial de Silveira Martins de Quarto Núcleo de Colonização Italiana. Esta região está situada próximo a Santa Maria, RS, e compreende atualmente sete municípios. A paróquia de Vale Vêneto localiza-se no município de São João do Polêsine. Este artigo analisa apenas as associações devocionais; os demais aspectos do projeto de romanização foram analisados em MARIN, 1993.

e que ocupassem seu tempo exclusivamente com a oração e o trabalho. Neste sentido, a análise das associações devocionais assume grande importância.

Enfocar-se-ão as associações fundadas em Vale Vêneto desde a fundação do núcleo, em 1878, até 1930. Embora a pesquisa seja centralizada num espaço histórico que é micro, analisaram-se especificidades de um processo que está inserido num contexto mais amplo e geral. Uma preocupação constante foi a de não seccionar a região em apreço do contexto estadual e nacional, evidenciando suas articulações.

AS ASSOCIAÇÕES DEVOCIONAIS E A ROMANIZAÇÃO CATÓLICA

As associações devocionais que foram fundadas no Brasil a partir do projeto de romanização diferiam daquelas já existentes nos períodos Colonial e Imperial.

As Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras “eram associações mistas, instituídas ao mesmo tempo pelo Estado e pela Igreja, um velando pela sua parte civil, outro pela parte espiritual” (BARROS, 1974, p. 338-365). Quanto à finalidade, as Irmandades de Misericórdia dedicavam-se à construção de cemitérios, hospitais e orfanatos. As Irmandades Devocionais organizavam os confrades em torno da devoção a um santo; patrocinavam suas festas e o culto não sacramental com terços, ladainhas, novenas; e construía e administravam igrejas, contratando capelães.

As Ordens Terceiras estavam vinculadas às Ordens Religiosas como os Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos. Cada associação devocional congregava pessoas da mesma origem social, visto que a admissão de novos membros era regulada pelos estatutos. Existiam Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras para a elite e para os subalternos, para os brancos, negros e pardos. Apesar das diversidades, elas tinham em comum o fato de serem associações de leigos reconhecidas pelo direito eclesiástico e civil. Possuíam autonomia administrativa e financeira, não dependendo da autoridade eclesiástica (padre ou bispo diocesano) para o seu governo interno, nem para seus negócios (OLIVEIRA, 1985, p. 130). As Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras não se limitavam a realizar festas; mantinham vários serviços religiosos (missas, funerais, procissões, romarias), serviços sociais de ajuda mútua (assistência médica) e de organização social para seus associados.

Um dos pressupostos da romanização era diminuir a presença e a autonomia dos leigos na condução das práticas religiosas, submetendo-os à esfera cle-

rical. Seriam agora meros seguidores e somente eram aceitos e tolerados em funções secundárias, sob a vigilância e controle clerical. Todas as iniciativas da comunidade paroquial dependiam da apreciação e julgamento do padre e do bispo.

As antigas Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras foram, aos poucos e gradativamente, colocadas sob severa subordinação à autoridade da hierarquia, tendo, algumas vezes, recorrido ao poder judicial e policial para isso. Os conflitos mais intensos foram com aquelas que mais lucravam com a exploração dos lugares santos (MICELI, 1988, p. 124). Segundo Miceli, geralmente a primeira tentativa do episcopado era negociar com os dirigentes das Irmandades com vistas a ocupar cargos na diretoria. Quando as tentativas não davam resultado, o procedimento era em favor das disposições legais, apelando aos tribunais para que assegurassem ao episcopado a gestão sobre os negócios temporais da Igreja. Quando conseguiam seus intentos, a diretoria era destituída e seu patrimônio incorporado pela Igreja. Os santuários e igrejas que estavam sob controle das Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras foram confiados às Congregações Religiosas estrangeiras (id.). Ao mesmo tempo, foram criadas novas associações (Apostolado da Oração, Confraria do Santíssimo Sacramento, Pia União das Filhas de Maria, Conferências Vicentinas), onde seus membros ficavam sob a tutela clerical. Essas novas associações para leigos tinham características distintas das antigas Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras, pois “enquanto estas eram associações de leigos, autônomas quanto à sua direção e organização, as novas associações pias eram entidades fundadas e dirigidas por padres” (OLIVEIRA, 1985, p. 266-267)⁵. Este foi um ponto-chave no processo de romanização do catolicismo no Brasil, pois os leigos perdem o poder de decisão que foi para a esfera clerical. Todas as práticas religiosas necessitavam, a partir de agora, do aval da autoridade episcopal (id., p. 256). A instituição passou a ser rigidamente hierarquizada (Papa - Bispo - Clérigo - Leigo), cujas bases eram verticalmente integradas nas instituições eclesiais: associações religiosas, capelas, paróquias, dioceses, arquidioceses e Santa Sé (id., p. 291-292).

De acordo com a Pastoral Coletiva de 1915, essas novas associações constituíam-se como extensões do poder episcopal, no que diz respeito à administração e jurisdição. Era o bispo quem criava, difundia, indicava seus dirigentes, ratificava suas decisões e transmitia as senhas do culto, os objetos de devoção, as motivações das campanhas e o estilo completo de atuação religiosa e política (MICELI, 1988, p. 42).

⁵ Este processo se intensificou durante as duas primeiras décadas da República Velha. Inúmeras foram as pendências, quase sempre vitoriosas, para recuperar os bens eclesiais e pela retomada da gestão sobre a Irmandade dos leigos.

AS ASSOCIAÇÕES DEVOCIONAIS EM VALE VÊNETO

A primeira associação devocional que existiu no núcleo colonial de Vale Vêneto foi organizada pelos colonos recém-assentados em 1878. Estes eram devotos de São Francisco de Assis e organizaram uma confraria objetivando cultuário. A devoção vinha da Itália e a primeira capela fundada no núcleo tinha como padroeiro São Francisco de Assis.

Esta religiosidade autônoma, distante do controle eclesiástico, era contrária aos postulados do ultramontanismo, que procurava destituir os leigos de toda e qualquer autonomia, submetendo-os à esfera clerical. Logo após a chegada dos Palotinos a associação devocional foi extinta. Em seu lugar tentou-se organizar em 1895 o Apostolado da Oração. A primeira tentativa não obteve êxito. A segunda deu-se em 6 de janeiro de 1914, conseguindo regularidade nas funções somente a partir de 1915 (cf. Arquivo Paroquial de Vale Vêneto - APVV, Crônicas do Apostolado da Oração, doc. de 6 de maio de 1915).

Foi sobretudo após a criação da Diocese de Santa Maria e da difusão da Pastoral de 1915, que começam a proliferar diversas associações devocionais. Dom Miguel de Lima Valverde, primeiro bispo da Diocese de Santa Maria (1912-1922) exortava aos párocos para que fundassem associações de todos os gêneros (para crianças, jovens, mulheres e homens) nas igrejas, nas capelas e nas escolas para auxiliarem na cristianização da sociedade. Para Dom Miguel as associações eram um “correctivo eficaz à profunda ignorância religiosa do povo” (cf. CARTA Pastoral instituindo a Caixa Diocesana, p. 84).

A partir daí foram criadas pelo padre João Iop a Confraria do Santíssimo Sacramento (1918), a Confraria do Monte Carmelo (1915), a União dos Moços Católicos (1926), a Pia União das Filhas de Maria (1927) e os Congregados Marianos (1927).

Os fiéis, desejosos de promover a devoção ao santo e de organizar seu culto, suas festas e de receberem as indulgências papais, se filiavam às associações piás próprias de cada santo, observando seu estado civil e sexo. As donzelas reuniam-se na Pia União das Filhas de Maria, as mulheres casadas no Apostolado da Oração, os homens casados na Confraria do Santíssimo Sacramento e os homens solteiros nos Congregados Marianos. A União dos Moços Católicos era uma associação mista para moços solteiros e homens casados.

Cada associação tinha uma finalidade e uma devoção que lhe era específica. O Apostolado da Oração adorava o Sagrado Coração de Jesus e tinha por fim a propagação do reino de Cristo na terra (cf. APVV, Crônicas do Apostolado da Oração). A Irmandade do Santíssimo Sacramento tinha por fim promover e incrementar o culto ao Santíssimo Sacramento presente na eucaristia (TRONCO,

p. 4). A Pia União das Filhas de Maria reunia-se em torno da devoção da Virgem Imaculada e de Santa Inês e tinha por fim:

“... auxiliar os seus membros na observância da lei de Deus, no fiel cumprimento dos deveres cristãos, oferecendo ao mesmo tempo um meio seguro para preservar as donzelas cristãs do contágio corruptor do século.

Em particular tem por objeto:

1. Prestar culto especial a Maria Santíssima.
2. Promover o adiantamento de seus membros na prática das virtudes cristãs.
3. Assegurar a perseverança na pureza dos costumes.
4. Preparar as Filhas de Maria para o estado que tiverem vocação.” (POWER, 1946, p. 19-20).

Os Congregados Marianos são

“[...] associações religiosas que têm em vista fomentar nos seus membros uma ardentíssima devoção, reverência e amor fiel, para com a Virgem Maria, e por esta devoção e pelo patrocínio de tão boa Mãe tornar os fiéis, em nome della reunidos, bons christãos, que sinceramente se esforcem por santificar-se no seu estado, e se dêem devéras, quanto a posição social lhes permitir, a salvar e santificar os outros e a defender a Igreja de Jesus Christo dos ataques da impiedade” (MANUAL dos Congregados Marianos, p. 30-31).

A União dos Moços Católicos diferenciava-se das demais por ser civil e religiosa e por ter seus estatutos adaptados à região colonial (da Ex-Colônia Silveira Martins). Tinha por fim:

- a) Reunir a mocidade catholica para oriental-a nos sãos princípios christãos e sociaes e encaminhal-a na estrada do verdadeiro civismo.
- b) Propagar a religião catholica e defendel-a em qualquer oportunidade.
- c) Auxiliar em obras catholicas e sociaes, principalmente as da mocidade” (cf. APVV, Estatutos da União dos Moços Católicos).

A funcionalidade desta associação se dava pela rígida organização hierárquica (Conselho Superior que orientava e dirigia a associação em todo o Brasil, Conselho Estadual, Conselho Regional, associações locais e os grupos) que fiscalizava a observância e cumprimento das regras do manual do associado. As associações locais deveriam enviar relatórios anuais ao Conselho Regional com a prestação de contas de suas atividades. Foi a única associação que teve seus estatutos adaptados à região colonial devido às dificuldades econômicas no pagamento das mensalidades, distâncias entre os membros e a precariedade das vias de acesso. Porém, os estatutos continuaram obedecendo aos princípios gerais estabelecidos pela União Católica em nível nacional.

Todas as associações deveriam orientar-se pelos ensinamentos, preceitos e conselhos da Igreja Católica, cujas decisões deveriam ser respeitadas sem restrições (cf. APVV, estatuto da União dos Moços Católicos de Vale Vêneto, p. 7). Todas as associações devocionais também tinham por fim arrecadar recursos pecuniários para empreendimentos na paróquia e na diocese.

O aspecto central dessas associações foi a destituição do leigo de suas atribuições devido ao reforço da presença clerical. Os leigos foram reduzidos a meros espectadores e executores das ordens e determinações das autoridades eclesásticas. Por outro lado, os padres autorepresentavam-se como criaturas divinas, possuidoras de poderes superiores aos dos anjos, a quem todos deveriam obedecer disciplinadamente sem contestar, pois tinham em suas mãos o arbítrio da vida e da morte e somente eles conduziam à felicidade, à vida eterna e à razão. Ao mesmo tempo que abençoavam, tinham o poder de amaldiçoar. Os leigos, mais do que um campo a cultivar eram uma força a ser disciplinada, normalizada e adestrada, organizando-os a serviços da Igreja.

A iniciativa de erigir uma associação era sempre do pároco. Obtida a aprovação episcopal, fundava-se a associação devocional na igreja matriz, nas capelas e nas escolas. Após, nos púlpitos convocavam os leigos para concretizarem a resolução. A fundação da União dos Moços Católicos foi específica. Os párocos, reunidos em uma assembléia, decidiram divulgar os fins da associação através de uma grande reunião popular. Esta foi cuidadosamente planejada de forma que as resoluções discutidas e aprovadas na assembléia fossem aceitas por unanimidade. A habilidade consistia em fazer crer aos colonos que as resoluções propostas para votação fossem suas⁶.

No âmbito paroquial, as associações devocionais estavam sob o controle direto do pároco (diretor espiritual dos associados) que centralizava todas as decisões, ficando os associados sob sua tutela e vigilância. Era ele quem dirigia e administrava as associações, e até mesmo os associados que ocupavam cargos diretivos não tinham real poder de decisão. Os cargos menos representativos eram eleitos pelo voto direto, ao contrário dos cargos de confiança, que eram indicados pelo pároco. Após, a lista nominal da diretoria era remetida ao bispo para aprovação.

Observou-se que poderiam ocorrer diferenças de orientação entre os padres no âmbito da moral. Isto deve-se a diversos fatores: Primeiro, de acordo com a experiência de vida individual e segundo, de acordo com sua formação eclesástica.

As festas religiosas realizadas por cada associação devocional eram dirigidas e controladas pelo pároco. Ele organizava a festa, escolhia os fiéis que iriam levar

⁶ A realização desta assembléia, com grande participação popular, ocorreu por influência dos Jesuítas. Esta não era uma estratégia da qual se valiam os Palotinos para mobilizar o laicato ou divulgar seus planos de ação.

o estandarte, dirigia o canto, a banda, o coral, a missa e os jogos, bem como mobilizava a população para participar. A organização hierárquica da Igreja Católica deveria ser reproduzida em todos os espaços sociais. Nas procissões religiosas, as primeiras alas eram para os “menos dignos”, seguidos pelos “mais dignos”. Abriam a procissão as associações devocionais por ordem de antiguidade, seguidas pelas Irmandades e Confrarias por ordem de antiguidade, seguidas pelo clero hierarquizado por idade e posição dentro da instituição, o padre celebrante e, após, o bispo (caso estivesse presente). Os militares formavam alas ao lado do clero. Por último vinham os leigos que não pertenciam a nenhuma associação devocional.

O pároco (diretor espiritual) era quem presidia às reuniões mensais⁷ de cada pia associação. A sua ausência implicava no cancelamento da reunião, como demonstram os estatutos da Confraria do Santíssimo Sacramento:

“Compete ao diretor presidir as reuniões da Confraria. Seja seu principal empenho extirpar abusos, corrigir costumes, preservar a paz e a concórdia entre os irmãos de modo que em tudo sejam modelo aos demais fiéis” (cf. APVV, Estatuto da Confraria do Santíssimo Sacramento).

O funcionamento das associações estava centralizado na reunião mensal. Esta iniciava-se com uma missa, comunhão e confissão de todos os membros da associação e após realizava-se o encontro com o “diretor espiritual”(o pároco). De acordo com o fim de cada associação, a doutrinação era direcionada para um ou outro aspecto da vida dos santos. Seguia-se um calendário devocional. Em cada mês era explicada a vida de um santo, suas virtudes e seu exemplo de vida a ser imitado. Todos os associados deveriam submeter-se ao diretor espiritual em todos os aspectos de sua existência e buscarem seu referencial para o projeto de vida nos modelos emanados dos santos e mártires e no exemplo de vida dos padres.

Nas reuniões mensais o diretor espiritual cobrava a observância das prescrições da Igreja Católica, o cumprimento dos estatutos da pia associação e vigiava a conduta religiosa e moral dos associados. Para que internalizassem o código religioso e moral, a estratégia utilizada era a de uma insistente repetição dos mesmos argumentos nas reuniões mensais. O objetivo era promover e manter uma aparente homogeneidade religiosa e moral no âmbito paroquial (GRAMSCI, 1986, p. 27).

Em suma, as associações devocionais foram uma estratégia eficaz da pastoral ultramontana para instaurar o novo modelo religioso no microcosmo paroquial. Esse estava centrado na vivência quotidiana das práticas sacramentais e na internalização da ética cristã. Para tal, a Igreja voltou sua atenção para modelar,

⁷ As reuniões seguiam o cerimonial estabelecido pelo manual de cada associação. Geralmente iniciavam-se com as orações do manual, leitura e aprovação da ata anterior, seguida pela palestra com o diretor espiritual, avisos gerais, e encerravam-se com as orações e cantos do manual.

disciplinar e normatizar os indivíduos e toda a comunidade. Desta forma o ambiente paroquial seria purificado em seu conjunto, pois todos teriam o mesmo modelo de conduta e de vida.

Na Pia União das Filhas de Maria podiam associar-se mulheres solteiras. Seu fim era reforçar nas jovens valores como a pureza e modéstia nos costumes e no vestir, humildade, servilidade, dedicação ao trabalho, obediência aos pais e autoridades, boas leituras, virgindade e prepará-las para o sacramento do matrimônio. As Filhas de Maria em todos os aspectos de suas vidas deveriam imitar Maria e Santa Inês, além de propagar estas devoções em suas famílias (instruindo os irmãos menores no catolicismo e, após casarem, seus filhos) e na comunidade paroquial.

Já o Apostolado da Oração destinava-se às mulheres casadas que possuíssem boa conduta religiosa e moral. Após realizarem um estágio como aspirantes formavam-se zeladoras do Apostolado da Oração. Cada zeladora tinha um determinado número de agregados (de quinze a trinta pessoas), devendo propagar entre eles a devoção ao Sagrado Coração de Jesus⁸.

Nas reuniões mensais, o diretor espiritual, além de repetir constantemente a doutrina católica, desenvolvia campanhas pela boa imprensa, cinema educativo, obediência e fidelidade aos maridos e às autoridades.

A mulher, em função da maternidade, tinha um papel importante no projeto de romanização. Os padres estimulavam-na, nas associações (Filhas de Maria, Apostolado da Oração), no confessionário e no púlpito, para que tivesse muitos filhos. Quanto maior a prole, mais abençoada seria a família por Deus. E cabia à mulher como mãe educadora conservar a fé católica (por meio da vivência dos sacramentos e dos mandamentos da Igreja Católica), educar os filhos no catolicismo, enviá-los às escolas católicas e estimular a vocação religiosa. Os Palotinos, através da imprensa, eram hábeis neste aspecto e difundiam meios das mães persuadirem os filhos desde crianças, incitando-os freqüentemente para seguir a vocação religiosa.

A União dos Moços Católicos era uma associação civil e religiosa destinada aos homens casados e solteiros. Entre seus objetivos estava a preparação dos associados para a prestação do serviço militar obrigatório. Este era realizado nos centros urbanos, ambiente secularizado onde o papel normatizador do catolicismo era relativizado. Por outro lado, a distância impedia a vigilância e as admoestações do pároco e dos pais. A União preparava os jovens instrumentalizando-os com cursos, leituras e formas de lazer considerados sadios. Nos centros urbanos encontrariam esta mesma associação que os acompanharia. A União dos Moços Católicos tinha sede própria, caixa de amparo aos membros com serviços assistenciais (médicos, odontológicos), centro social, escola noturna, biblioteca e promovia confe-

⁸ O Apostolado da Oração tinha em 1916 1.043 zeladoras, e em 1930 2.487 zeladoras somente na matriz de Vale Vêneto.

rências. Em diversas ocasiões pronunciava-se, juntamente com as associações locais, sobre assuntos nacionais (contrapondo-se a aprovação da lei do divórcio) e internacionais (denunciando a repressão aos religiosos no México em 1926). A União preocupava-se também com a educação agrícola, comprometendo-se com a modernização da agricultura através do incentivo à adubação química, ao reflorestamento e à utilização de sementes selecionadas, geralmente importadas. Objetivava-se uma auto-suficiência regional de produtos agrícolas. A romanização deveria atingir todos os níveis da sociedade, inclusive a produção agropecuária.

A União dos Moços Católicos diferenciava-se das demais associações devocionais por ser civil e religiosa. Além dos conteúdos doutrinários e morais (condenação do alcoolismo, modas consideradas “exageradas” e às práticas do catolicismo popular — cf. APVV, primeiro relatório da União dos Moços Católicos de Vale Vêneto ao Conselho Regional de Santa Maria), tinha meandros nacionalistas. Entre seus objetivos estava a mobilização dos jovens, a formação de lideranças leigas através da promoção de conferências, discursos e palestras sobre assuntos patrióticos e religiosos além de manifestações públicas cívico-religiosas com a bandeira nacional e da União. Desta forma os associados eram estimulados a cumprirem seus “deveres para com Deus e a Pátria.” (id.).

A Igreja Católica, por intermediar as relações de poder da facção oligárquica dominante, enquadrava os indivíduos à ação do Estado e disciplinava seu comportamento político. As instruções, dirigidas aos párocos, recomendavam que as obrigações dos católicos fossem lidas e explicadas nas missas (na igreja matriz e nas capelas), nas comunidades religiosas, no catecismo e nas associações devocionais constituídas exclusivamente de homens, como por exemplo a União dos Moços Católicos. Entre os principais deveres dos católicos estavam o respeito às leis e aos depositários da autoridade (em todos os âmbitos), a contribuição com os serviços do Estado e o cumprimento do dever eleitoral (elegendo candidatos do Partido Republicano Rio-grandense que coadunassem com os princípios do catolicismo). O eleitor consciencioso deveria se informar a respeito das qualidades dos candidatos junto a pessoas sérias, criteriosas e desapaixonadas. O padre fazia-se considerar como o mais indicado. Os católicos que conscientemente votassem em candidatos que não professavam o catolicismo, cometiam pecado e seriam responsáveis pelas obras de iniquidade que os políticos, caso eleitos, praticassem contra a sociedade e a Igreja Católica. No momento de votar os eleitores eram orientados a não se deixar iludir por “expertos” que procuravam na “última hora” trocar as cédulas já escolhidas por outras. Era considerado pecado aceitar suborno por dinheiro ou favores. Em suma, para a Igreja o povo não estava preparado para exercer o poder e a cidadania, devendo apoiar os direcionamentos dados pelas elites na condução da sociedade.

Devido às críticas que eram feitas aos padres por se envolverem em política, a União dos Moços Católicos de Vale Vêneto realizava discursos à população “sobre o respeito devido aos ministros do culto” (cf. APVV, primeiro relatório da União dos Moços Católicos de Vale Vêneto ao Conselho Regional de Santa Maria). A maioria dos discursos era em dialeto Vêneto e tinha uma linguagem acessível, humorística e pedagógica, facilitando o acesso aos colonos.

Cada associação tinha um distintivo que variava segundo a categoria dos leigos na associação (aspirante, membro da associação e aqueles que ocupavam cargos diretivos). As Filhas de Maria vestiam-se de branco, véu na cabeça e cinta azul; os membros do Apostolado da Oração usavam uma faixa vermelha em torno do pescoço com uma medalha e os membros da Confraria do Santíssimo Sacramento usavam uma faixa amarela em torno do tórax.

O uso público do distintivo e uniforme diferenciava os membros das diversas associações daqueles que não pertenciam a nenhuma. Era um testemunho social da fé católica e significava despojamento, modéstia e pureza nos costumes.

No âmbito paroquial, pertencer a uma associação conferia prestígio e *status* social. Raros eram os paroquianos que não pertenciam a nenhuma associação. As diversas associações formavam um “exército” numeroso que combatia sob as ordens do pároco (cf. A PARÓQUIA de Ivorá no seu jubileu de prata, p. 103).

As famílias tinham membros que pertenciam a várias associações devocionais. A alternância sucessiva nas reuniões mensais estimulava a família para uma prática religiosa ativa e intensa, como também de toda a paróquia. Desta forma, o ambiente paroquial no seu todo era purificado e moralizado e excluía os que não coadunassem com os preceitos do catolicismo.

As associações devocionais tornavam-se um espaço privilegiado para as relações de poder. Além de severa vigilância estabelecida no confessionário, a diretoria de cada associação complementava informando o pároco confidencialmente e em público nas reuniões, sobre a conduta moral e religiosa de cada membro da associação. Era aconselhado carinhosamente aos fiéis para sempre se confessarem com o mesmo padre, assim seria possível ter um controle mais eficaz e duradouro sobre sua conduta moral e religiosa.

Alguns padres se especializavam em confessar somente homens ou mulheres, permitindo acompanhar e vigiar o desenvolvimento do corpo e da sexualidade de todos os associados e de submetê-los em todos os aspectos de suas vidas. Solicitavam informações sobre gestos, toques, desejos, roupas íntimas, sobre utilização de algum método de controle de natalidade, sobre os “pecados sexuais” e sobre a participação nos bailes e outros “divertimentos”.

Os associados deveriam vigiar constantemente a si próprios e os demais indivíduos, formando uma “rede de olhares” e de informações onde ninguém es-

capava, inclusive o padre (todos vigiavam sua conduta religiosa e principalmente moral). O marido deveria estabelecer uma vigilância e um controle sobre a mulher e vice-versa, os pais sobre os filhos, as famílias umas sobre as outras. O padre era o receptor das informações tanto no confessionário, como nas visitas às famílias e nas conversas informais. Enfim, todos se conheciam, se observavam e se controlavam até mesmo nos momentos mais íntimos e inesperados do cotidiano.

O padre, através das associações devocionais e do confessionário, controlava toda a comunidade paroquial. Ele conhecia individualmente os paroquianos pelo nome e estes o reconheciam como um “pastor vigilante”. Nas reuniões mensais era exposto insistentemente como deveria ser o comportamento familiar e social dos associados.

Os padres procuravam regular inclusive o vestuário. As prescrições eram numerosas: proibia-se o uso de adereços nos cabelos bem como cortar os mesmos, de pinturas na face e nas unhas. Quem desrespeitasse este conselho poderia contrair doenças incuráveis como o câncer, por exemplo. As maiores condenações eram para as “modas ridículas e exageradas”, ou seja, os “moldes inconvenientes imaginados por pessoas sem escrúpulos” que eram a “ruína do sexo masculino”, verdadeiras ciladas demoníacas planejadas para expor as mulheres às tentações e às paixões mais vis⁹. Proíbiam as mangas curtas (no mínimo até o cotovelo), os decotes, as saias curtas, as roupas justas e transparentes e o uso de sapatos com salto. Era obrigatório o uso de meias e do véu para assistir à missa e comungar.

Algumas vezes os padres obrigavam as Filhas de Maria a encompridarem seus uniformes, pois estas resistiam às normatizações da Igreja, apesar das condenações ao inferno e da expulsão da associação. Os padres aconselhavam resignação à doutrina da Igreja e que não se importassem com as “chacotas” e risos, que algumas vezes recebiam, pelo uso do uniforme.

A disciplinarização e o adestramento do corpo e da mente envolviam múltiplos aspectos do cotidiano individual e coletivo. Dentro da igreja proibiam-se conversas, virar a cabeça para os lados, caminhar muito ligeiro e aconselhava-se fazer a genuflexão direito, comungar e confessar frequentemente.

Na vida familiar pregavam paciência, conformidade, docilidade, obediência, submissão dos filhos aos pais e da mulher ao marido, além da reza quotidiana e de boas leituras. Na sociedade, pregavam resignação diante da vida, obediência ao padre e às demais autoridades, namoro “puro e santo”, com “afetos castos”. No lazer, proibiam-se os “jogos mixtos”, os “espetáculos obscenos”, os bailes e as danças lascivas que despertavam as paixões sexuais. O cinema conduzia ao sensualismo, às excitações, ao ódio às autoridades e à glorificação dos maus ins-

⁹ Também eram condenadas por impedirem o surgimento de novas vocações sacerdotais (cf. APVV, Ata das Filhas de Maria, 1925).

tintos. Condenam-se também os jogos de carta; as carreiras de cavalo e o teatro. Apesar da vigilância, das condenações e das repressões dos padres, estas formas de lazer persistiam e eram muito concorridas entre a população. Em suma, o lazer era entendido e repassado como desvirtuador dos valores dos homens cristãos, como desordem e perdição. Apenas a frequência às festas religiosas era permitida e incentivada, pois os valores morais seriam respeitados. Por outro lado, os Palotinos valorizavam o trabalho como o único meio enobrecedor, dignificante e formador do ser humano. Oração e trabalho eram dois valores indissociáveis. O trabalho, além de disciplinar o corpo e a mente, tornava o indivíduo dócil, morigerado e laborioso, controlava os sentidos, as paixões e os vícios.

Os sentidos (olfato, visão, tato, audição e a degustação) deveriam ser vigiados e reprimidos para vencer as constantes inclinações. Entre elas o hábito de comer e beber além do necessário, de contar tudo, a curiosidade do olhar e do tato. Tudo poderia levar à sensualidade, ao gozo dos sentidos, ao orgulho, à soberba, à luxúria e ao vício. Os sentidos, por serem suscetíveis às tentações, deveriam ser mortificados através de pequenos sacrifícios e abstenções, a exemplo dos santos. Estes garantiriam um autodomínio do próprio corpo e da mente.

O combate contra os “erros modernos” não tinha término, pois, quando conseguiam algumas conquistas, sempre surgiam novos erros. Os associados, pela sua conduta exemplar, deveriam servir de exemplo aos demais e extirpar os erros da comunidade. Os padres, nas reuniões mensais, afirmavam:

“[...] que os defeitos de uma zeladora são mais prejudiciais que numa outra pessoa. Por isso, as pessoas que se apresentam para serem admitidas como zeladoras devem ser almas boas, zelosas e de um piedade sólida” (cf. APVV, ata do Apostolado da Oração de 11 de março de 1920).

“[...] que quando uma zeladora comete alguma falta, todos reparam e que sendo uma zeladora, não é melhor que as outras e por isso deveriam ser obedientes aos seus pais e maridos, não lhes responder com más palavras e sermos sempre dóceis” (id., ata de 6 de abril de 1921).

Nas associações, as prescrições da Igreja e do manual deveriam ser rigorosamente observadas. Para os infratores eram estabelecidas severas punições. A insistente condenação à moda, aos bailes, ao carnaval e ao comparecimento às festividades populares evidencia as resistências enfrentadas pela Igreja. Ao longo do tempo, a Igreja sofisticou os mecanismos repressivos e coercitivos. Num primeiro momento, o diretor espiritual admoestava o associado na reunião mensal. Se ele não cumprisse as determinações e conselhos privava-o do uso do uniforme da associação por determinado período. Persistindo o erro o diretor obrigava o associado a fazer um ato de reparação em público e por último o rebaixava

de categoria. Nos casos de reincidência, havia uma suspensão por determinado tempo e finalmente a expulsão da associação, o que implicava em desmoralização pública diante da comunidade paroquial e exclusão do convívio social.

Em suma, as associações devocionais foram a estratégia mais capilar do processo de romanização no Brasil. Elas propagavam a devoção dos santos romanizados, divulgavam conteúdos compatíveis com o ideário ultramontano, inserindo o laicato numa religiosidade sacral e romanizada, destituído de qualquer autonomia. Sua ação eficaz devia-se pelo contato direto e permanente entre o vigário (diretor espiritual) e os associados, permitindo que no âmbito paroquial se estabelecesse um controle quase individual. A internalização das normalizações e da disciplina da igreja produziram efeitos duradouros que se traduziam em práticas sociais orientadas pelos valores éticos e religiosos.

Bibliografia

- A PARÓQUIA de Ivorá no seu jubileu de prata : 1918-1943. Santa Maria. Tip. Santo Antônio, 1943.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil* : um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo. Ed. Paulinas, 1986.
- BARROS, Roque Spencer. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo. Difel, 1974. v. 4, p. 338-365.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1986.
- ISAIA, Artur César. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul*. Dom João Becker e o autoritarismo. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- MANUAL dos Congregados Marianos. Petrópolis. Vozes, 1938.
- MARIN, Jérry Roberto. *“Ora et Labora”* : o projeto de Restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica*. Rio de Janeiro. Bertrand, 1988.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe* : gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis. Vozes, 1985.
- RABUSKE, Artur. A contribuição teuta à Igreja Católica no Rio Grande do Sul. In: PADIN, Cândido et. al. *A missão da Igreja no Brasil*. São Paulo. Loyola, 1973.
- POWER, Basílio. *Manual da Pia União das Filhas de Maria*. Petrópolis. Vozes, 1946.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo. Ática, 1987.

Documentos

- CARTA Pastoral instituindo a Caixa Diocesana. *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria*, Santa Maria, v. 1, n. 4, p. 83-85, fev. 1913. (Acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma).
- TRONCO, Pe. Casemiro. *Estatuto da Irmandade do Santíssimo Sacramento*. (Acervo do APVV).